

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.605.599 - SP (2016/0148272-2)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
EMBARGANTE : **NOVATEC - SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA**
ADVOGADOS : **RAUL FELIPE DE ABREU SAMPAIO - SP053182**
: **MAERCIO TADEU JORGE DE ABREU SAMPAIO - SP046282**
: **MARIA PAULA CHEIBUB MACEDO E OUTRO(S) - SP297637**
EMBARGADO : **MARCIA REGINA VIANA**
ADVOGADO : **FERNANDA MENDONÇA KEMOS - SP223966**

DECISÃO

1. Cuida-se de embargos de declaração opostos por NOVATEC - SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA. em face da decisão de fls. 272-280, que negou provimento ao agravo em recurso especial da parte adversária.

No presente recurso (fls. 282-284), a parte embargante sustenta que a decisão monocrática incorreu em omissão ao fixar majoração de honorários advocatícios recursais quando foi negado conhecimento ao recurso. Nesse sentido, requer a correção de aludida omissão indicada em suas razões.

É o relatório.

DECIDO.

2. Segundo dispõe o art. 1.022, *caput* e incisos, do Novo CPC, são cabíveis os embargos de declaração quando a decisão judicial se revelar omissa, obscura ou contraditória, assim como para correção de erro material.

Da doutrina processualista, extrai-se que a obscuridade consiste na falta de clareza da decisão impugnada, sendo que, diante da função precípua do pronunciamento judicial de emprestar certeza às relações litigiosas que calham às suas portas, não se admitem decisões judiciais não-unívocas.

Por outro lado, verifica-se a contradição quando no acórdão se incluem proposições entre si inconciliáveis. Nos termos do magistério de Barbosa Moreira:

Pode haver contradição entre proposições contidas na motivação (exemplo: a mesma prova ora é dita convincente, ora inconvincente), ou entre proposições da parte decisória, isto é, incompatibilidade entre capítulos do acórdão: v.g. anula-se, por vício insanável, quando logicamente se deveria determinar a restituição ao órgão inferior, para sentenciar de novo; ou declara-se inexistente a relação jurídica prejudicial (deduzida em reconvenção ou em ação declaratória incidental), mas condena-se o réu a cumprir a obrigação que dela necessariamente dependia; e assim por diante. Também pode ocorrer contradição entre alguma proposição enunciada nas razões de decidir e o dispositivo: por exemplo, se na motivação se reconhece como fundada alguma defesa bastante para tolher a pretensão do autor, e no entanto se julga

procedente o pedido.

(**Comentários ao Código de Processo Civil**. v. 5. Rio de Janeiro: Forense, 2008, pp. 556-557)

Por sua vez, "o erro material é aquele evidente, decorrente de simples erro aritmético ou fruto de inexatidão material, e não erro relativo a critérios ou elementos de julgamento" (EDcl no AgRg no REsp 1234057/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 01/07/2011).

De resto, nos termos do art. 1.022, II, do Novo CPC, "omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento".

Acresce que, no art. 1.022, parágrafo único, do Novo CPC, o legislador destacou duas hipóteses específicas a caracterizar o vício de omissão:

Art. 1.022, parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

Sobre tais hipóteses de omissão do art. 1.022, parágrafo único, do Novo CPC, destaca-se o seguinte comentário de Daniel Amorim Assumpção, na obra intitulada Novo Código Civil Comentado:

“O parágrafo único do dispositivo ora analisado especifica que se considera omissa a decisão que deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos (recursos especial ou extraordinário repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas) ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento ou que incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º, do Novo CPC, dispositivo responsável por inovadoras exigências quanto à fundamentação da decisão.

O dispositivo na realidade não inova ou tão pouco complementa o inciso II do art. 1.022 do Novo CPC, já que as especificações presentes no dispositivo ora comentado são claras hipóteses de omissão de questões sobre as quais o juiz deve se pronunciar”.

3. Na espécie, deveras, identifica-se questão jurídica a ser sanada em sede de embargos de declaração no fato apontado, mas em razão de erro material e não omissão na decisão monocrática embargada. Afinal, o recurso especial inadmitido foi interposto contra decisão exarada pelo Tribunal de origem publicada ainda sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, consoante destacado nas razões de recurso. De tal modo, é incabível a fixação de honorários advocatícios recursais nos termos que constam da decisão monocrática exarada, erro a ser sanado com o acolhimento dos presentes embargos.

Superior Tribunal de Justiça

Saliente-se, todavia, que o presente acolhimento não possui o efeito de alterar o não conhecimento do recurso especial interposto, não produzindo, portanto, efeitos infringentes.

4. Ante o exposto, acolho os embargos de declaração, para promover a correção de erro material presente no dispositivo da decisão monocrática embargada.

Para tanto, onde se lê:

“6. Ante o exposto, nego conhecimento ao recurso especial.

Havendo nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte agravante, no importe de 10% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.”

Leia-se:

“6. Ante o exposto, nego conhecimento ao recurso especial.”

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator